

A. I. Nº - 110526.0001/03-4
AUTUADO - IVANILDO PAIVA DE ANDRADE
AUTUANTE - ANTÔNIO ARAÚJO AGUIAR
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET 02.05.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0141-01/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. GADO BOVINO DESTINADO A ABATE TRANSITANDO SEM DOCUMENTO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Mercadoria não pode circular sem a documentação fiscal correspondente. Trata-se de obrigação acessória. Quanto à obrigação tributária principal, o art. 347, § 3º, IX, “a”, do RICMS/97 dispensa o lançamento do imposto diferido, relativamente às entradas de gado bovino destinado a abate, neste Estado, porém estipula três condições para que se efetive a dispensa do tributo: o estabelecimento abatedor deve estar submetido à inspeção sanitária estadual ou federal, deve cumprir as exigências relativas à legislação específica, e as mercadorias devem circular acompanhadas da respectiva Guia de Trânsito Animal (GTA) e da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento abatedor. Estas condições são cumulativas. O transporte estava sendo feito sem a Nota Fiscal correspondente. Não são preenchidos, portanto, os requisitos para dispensa do imposto. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 3/2/03, acusa a realização de transporte de gado bovino sem Nota Fiscal. ICMS lançado: R\$ 856,80. Multa: 100%.

O contribuinte apresentou defesa observando que gado tem o imposto diferido, sendo que, com a Alteração nº 29 do RICMS/97, passou a ser dispensada a emissão de qualquer documento fiscal nas operações internas, bastando que seja emitida a Guia de Trânsito Animal (GTA).

O fiscal autuante prestou informação contrapondo que o sujeito passivo cumpriu apenas parte das exigências regulamentares, haja vista que, no transporte de gado para abate, além da Guia de Trânsito Animal (GTA), o transporte do gado deve ser feito com cobertura, também, de Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento abatedor.

VOTO

Pelo teor da defesa, vejo que a empresa tem pleno conhecimento de que, em decorrência de alterações recentes introduzidas no RICMS, é necessária a emissão de Nota Fiscal para a circulação de gado destinado a abate. Trata-se de obrigação acessória. Quanto à obrigação tributária principal, o art. 347, § 3º, IX, “a”, dispensa o lançamento do imposto diferido, relativamente às entradas de

gado bovino destinado a abate, neste Estado, porém estipula três condições para que se efetive a dispensa do tributo: *a)* o estabelecimento abatedor deve estar submetido à inspeção sanitária estadual ou federal, *b)* deve cumprir as exigências relativas à legislação específica, e *c)* as mercadorias devem circular acompanhadas da respectiva Guia de Trânsito Animal (GTA) e de Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento abatedor. Estas condições são cumulativas. Ocorre que, na situação em exame, o gado foi encontrado transitando apenas com a GTA, sem a correspondente Nota Fiscal. Não foram preenchidos, portanto, os requisitos para dispensa do imposto.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **110526.0001/03-4**, lavrado contra **IVANILDO PAIVA DE ANDRADE**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 856,80**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de abril de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA